



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE



Unidade Local de Saúde
Castelo Branco, EPE



Relatório de Execução Orçamental

Período: 01 de janeiro a 31 de março de 2017

Sede: Av. Pedro Álvares Cabral, 6000-084 Castelo Branco *** Capital Estatutário: € 14.116.000 *** NIPC 509 309 844
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Castelo Branco, com o número 509309844

Handwritten signature/initials in blue ink.

NOTA PRÉVIA

- Em cumprimento do despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio, a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE, apresenta o seu relatório de execução orçamental referente ao primeiro trimestre do ano de 2017.
- O referencial contabilístico em vigor é o SNC, aprovado pelo DL n.º 158/2009, de 13 de julho, nos termos do despacho n.º 1507/2014, de 16 de janeiro, dos gabinetes da SET e do SES, embora os registos contabilísticos e a prestação de contas continuem a ser realizados em POCMS, por se tratar do referencial contabilístico da ACSS que consolida as contas do Serviço Nacional de Saúde, e posteriormente convertidos para SNC.
- A aplicação SICC apresenta neste período mapas de controlo da execução do orçamento financeiro mais fidedignos, o que permite que sirvam de base ao reporte realizado mensalmente no SIGO/DGO, após algumas correções necessárias.
- A análise ao controlo do orçamento económico tem por base o Plano Estratégico 2016-2018.
- Apesar de ainda não estarem implementados os centros analíticos de responsabilidade, cada responsável de serviço é informado periodicamente sobre a evolução dos gastos da sua área, bem como sobre a execução do contrato-programa, no sentido de serem corrigidas atempadamente todas as situações que possibilitem melhorar o desempenho e alcançar os objetivos previstos.



ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	4
I – Execução Financeira	4
II – Execução Económica face ao Contrato-Programa	7
A – Gastos e Perdas	7
A1 – Matérias de Consumo	7
A.3 – Gastos com Pessoal.....	9
A.4 – Restantes rubricas de gastos	9
B – Rendimentos e Ganhos	10
III – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS	11
Anexo I – Gastos e Perdas.....	13
Anexo II – Variação Gastos e Perdas	14
Anexo III – Rendimentos e Ganhos.....	15
Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos	16



INTRODUÇÃO

O presente relatório visa dar a conhecer a evolução ocorrida nos gastos e nos rendimentos da ULSCB durante o primeiro trimestre do ano de 2017, tanto na vertente financeira, com base no orçamento aprovado pelo Ministério das Finanças, como na vertente económica, tendo como referência o contrato-programa/plano estratégico.

Analisaremos ainda as principais variações em comparação com o período homólogo de 2016, bem como a evolução da dívida e dos pagamentos em atraso.

O ano de 2016 ficou marcado pelas reversões salariais e por uma liquidez mais reduzida, o que não nos permitiu manter a tendência de redução dos prazos médios de pagamento a fornecedores que vinha sendo consolidada, embora não tenhamos aumentado os pagamentos em atraso a empresas externas.

Para o corrente exercício pretendemos melhorar a situação existente, embora sabendo das dificuldades que nos esperam em face do diminuto aumento dos recursos financeiros que nos foi concedido.

No final deste período o resultado líquido ascende a -949.109 euros (RL de -2.086.955 euros em 2016), situando-se o EBITDA em -561.611 euros (era de -1.821.099 euros em março de 2016). Em termos financeiros a cobrança supera o período homólogo em 3,20% (+508.132 euros), mas a despesa paga também cresce 11,25% (+1.546.036 euros) devido ao incremento nas despesas de anos anteriores (nomeadamente de fornecimentos e serviços externos e de matérias de consumo).

Feitas estas considerações, passamos a analisar a execução financeira e económica ocorrida nas principais rubricas de forma mais detalhada.

I – Execução Financeira

- A execução (quadro seguinte) apresentou um desvio negativo de 1,37 p.p. nas receitas e de 0,34 p.p. nas despesas, se comparada com a dotação teórica do período (25%).
- Para o desvio negativo das receitas contribuíram, de forma significativa, as RCE 06 e 07 no que respeita às FF 413 e 361 em relação às quais não se concretizou qualquer tipo de execução relacionada com projetos cofinanciados. De referir, também, que a RCE 07 – Vendas de bens e serviços correntes na FF 510 ficou igualmente aquém do esperado para este período (-140.540 euros), tal como aconteceu com a RCE 04 - Taxas, multas e outras penalidades (-103.158 euros).

Controlo da Execução Orçamental - Ano 2017

Período: janeiro a março 2017

u.m.: euro

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL(2)	Variação (2)/(1) em %	Variação (2)/(1) em valores	EXECUÇÃO DO EXERCÍCIO (3)	COBRADO/ PAGO do exercício (4)	COBRADO/ PAGO de anos anteriores (5)	TAXA EXECUÇÃO em % (3/2)
RECEITAS										
	Receitas Correntes		68.304.988	68.304.988	0,00%	0	16.141.352	16.112.038	255.828	23,63%
04	Taxas, multas e outras penalidades	510	1.507.687	1.507.687	0,00%	0	273.764	273.747	0	18,16%
05	Rendimentos da propriedade	510	0	0	0,00%	0	0	0	0	
06	Transferências correntes	413	1.371.670	1.371.670	0,00%	0	0	0	0	
06	Transferências correntes	540	98.000	98.000	0,00%	0	8.749	8.749	0	8,93%
07	Vendas de bens e serviços correntes	361	1.371.670	1.371.670	0,00%	0	0	0	0	
07	Vendas de bens e serviços correntes	510	63.807.719	63.807.719	0,00%	0	15.811.390	15.783.059	255.828	24,78%
08	Outras receitas correntes	510	148.242	148.242	0,00%	0	47.449	46.483	0	32,01%
	Receitas de Capital		0	0	0,00%	0	0	0	0	
	Total Receitas		68.304.988	68.304.988	0,00%	0	16.141.352	16.112.038	255.828	23,63%
DESPESAS										
	Despesas Correntes		64.602.348	64.602.348	0,00%	0	16.727.857	10.023.984	5.182.510	25,89%
01	Despesas com pessoal	510	39.942.828	39.942.828	0,00%	0	9.181.380	8.620.259	179.150	22,99%
02	Aquisições de bens e serviços	510	24.460.244	24.460.244	0,00%	0	7.519.341	1.376.589	5.003.360	30,74%
02	Aquisições de bens e serviços	540	98.000	98.000	0,00%	0	0	0	0	0,00%
03	Juros e outros encargos	510	5.037	5.037	0,00%	0	0	0	0	0,00%
04	Transferências Correntes	510	73.357	73.357	0,00%	0	26.124	26.124	0	35,61%
06	Outras despesas correntes	510	22.882	22.882	0,00%	0	1.012	1.012	0	4,42%
	Despesas de Capital		3.702.640	3.702.640	0,00%	0	115.562	2.393	75.489	3,12%
07	Aquisição de bens de capital	361	1.371.670	1.371.670	0,00%	0	0	0	0	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	413	1.371.670	1.371.670	0,00%	0	0	0	0	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	510	936.143	936.143	0,00%	0	112.070	0	74.390	11,97%
09	Ativos Financeiros	510	23.157	23.157	0,00%	0	3.492	2.393	1.099	15,08%
	Total Despesas		68.304.988	68.304.988	0,00%	0	16.843.419	10.026.377	5.257.999	24,66%

u.m.: euro

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO TRIMESTRAL (25%)	EXECUÇÃO DO EXERCÍCIO	DESVIO
RECEITAS					
	Receitas Correntes		17.076.247	16.141.352	-934.895
04	Taxas, multas e outras penalidades	510	376.922	273.764	-103.158
05	Rendimentos da propriedade	510	0	0	0
06	Transferências correntes	413	342.918	0	-342.918
06	Transferências correntes	540	24.500	8.749	-15.751
07	Vendas de bens e serviços correntes	361	342.918	0	-342.918
07	Vendas de bens e serviços correntes	510	15.951.930	15.811.390	-140.540
08	Outras receitas correntes	510	37.061	47.449	10.389
	Receitas de Capital		0	0	0
	Total Receitas		17.076.247	16.141.352	-934.895
DESPESAS					
	Despesas Correntes		16.150.587	16.727.857	577.270
01	Despesas com pessoal	510	9.985.707	9.181.380	-804.327
02	Aquisições de bens e serviços	510	6.115.061	7.519.341	1.404.280
02	Aquisições de bens e serviços	540	24.500	0	-24.500
03	Juros e outros encargos	510	1.259	0	-1.259
04	Transferências Correntes	510	18.339	26.124	7.785
06	Outras despesas correntes	510	5.721	1.012	-4.709
	Despesas de Capital		925.660	115.562	-810.098
07	Aquisição de bens de capital	361	342.918	0	-342.918
07	Aquisição de bens de capital	413	342.918	0	-342.918
07	Aquisição de bens de capital	510	234.036	112.070	-121.966
09	Ativos Financeiros	510	5.789	3.492	-2.297
	Total Despesas		17.076.247	16.843.419	-232.828

- Ao nível das despesas a execução foi mais penalizadora nas aquisições de bens e serviços (30,74 p.p., correspondendo a +1.404.280 euros relativamente à referência trimestral), ficando aquém ao nível das despesas com pessoal (-804.327 euros) e na aquisição de bens de capital (11,97 p.p. de execução, correspondendo a -807.802 euros) devido à mesma situação referida relativamente à receita (projetos cofinanciados sem execução).
- A execução mais baixa nas despesas com pessoal resulta do facto de ainda não se terem concretizado todas as contratações previstas no orçamento em curso, para além do facto de apenas 50% do subsídio de Natal estar a ser pago em duodécimos.
- No que se reporta a aquisições de bens e serviços, o aumento justifica-se por ainda não termos conseguido reduzir os encargos com prestadores de serviços, tal como se perspectivava na proposta de orçamento apresentada para 2017.

Em termos homólogos, quadro infra, apenas se acrescentou, na execução da receita, o montante também considerado como cobrado relacionado com o adiantamento do contrato-programa não faturado (1.519.822 euros).

Deste modo, analisando os elementos apurados, a execução na receita cresceu 3,13%, em grande parte por via da faturação do contrato-programa, mas também ao nível das taxas moderadoras e das urgências, registando-se ainda um acréscimo da cobrança de 3,20% devido ao reforço do financiamento face ao ano anterior (+168.000 euros mensalmente).

Quanto à despesa, verifica-se um ligeiro crescimento na execução (+1,24% / +206.247 euros), mas nos pagamentos o incremento chega aos 11,25% (+1.546.036 euros) devido aos compromissos de anos anteriores que ficaram por pagar no ano anterior (+1.382.184 euros comparativamente com o ano de 2016), nomeadamente relacionados com fornecimentos e serviços externos (+648.590 euros) e matérias de consumo (+633.928 euros).

Período: janeiro a março u.m.: euro

	2016	2017	variação	
			absoluta	%
Receitas				
- Execução	15.651.280	16.141.352	490.072	3,13%
- Cobrança	15.859.734	16.367.866	508.132	3,20%
Despesas				
- Execução	16.637.172	16.843.419	206.247	1,24%
- Paga	13.738.340	15.284.376	1.546.036	11,25%

II – Execução Económica face ao Contrato-Programa

A – Gastos e Perdas

- Globalmente, a execução ficou 0,08 p.p. acima do previsto para o período, conforme poderá ser observado no Anexo I, sendo os fornecimentos e serviços externos (+2,98 p.p.) aqueles que mais penalizaram a execução.
- Em termos homólogos (anexo II), verificou-se um crescimento de 1,45% que decorre também dos fornecimentos e serviços externos.

A1 – Matérias de Consumo

- Os gastos com matérias consumidas ficaram 0,74 p.p. acima do esperado, destacando-se principalmente os reagentes e outros produtos farmacêuticos (+4,49 p.p.) e o material de consumo clínico (+1,97 p.p.).
- Em termos homólogos, os custos com medicamentos diminuem 3,16% (-49.696 euros) devido ao impacto dos créditos recebidos da indústria farmacêutica, com o consumo de medicamentos de cedência gratuita com suporte legal em ambulatório a representar mais de 40% do consumo total hospitalar e respeitar a terapêuticas inovadoras/medicamentos biológicos e da área oncológica, mas também autoimunes, reumatologia, dermatologia e doença de Crohn previstos no despacho n.º 18419/2010 (etanercept, infliximab e adalimumab entre outros), hemofílicos e Hepatite C. De referir ainda que o consumo relacionado com diálise peritoneal passou a ser faturado por dia de tratamento, pelo que esta redução também está fortemente influenciada por esta alteração.
- Quanto a reagentes e outros produtos farmacêuticos, registou-se um crescimento de 19,74% (+40.743 euros) devido à internalização de exames.
- No que respeita a material de consumo clínico o consumo está acima do verificado no período homólogo (+3,69% / +30.719 euros), com os principais acréscimos a refletirem-se nos artigos cirúrgicos (+16,53% / +12.001 euros) e no material de tratamento (+8,73% / +28.688 euros), e a redução mais significativa no material de osteosíntese (-18,65% / -12.027 euros), acompanhando, de alguma forma, a evolução ocorrida no movimento assistencial hospitalar neste período, nomeadamente no internamento (-2,81% / -57 doentes), nas urgências (-6,03% / -1023), no hospital de dia (+5,10% / +228 sessões) e nas cirurgias (-3,11% / -58).
- Os restantes armazéns apresentam uma redução de 25,45% (-23.942 euros), sendo mais significativa no consumo administrativo (-30,84% / -10.789 euros) e na manutenção e conservação (-31,19% / -9.408 euros).

Handwritten signature and initials in blue ink, likely representing the official approval or signature of the responsible official.

- Para a redução dos custos em medicamentos foram adotadas, nos últimos anos, medidas de combate ao desperdício que mantivemos no corrente ano e que consistem: na vigilância do cumprimento dos protocolos e justificações clínicas com base no antibiograma, cujo acesso foi permitido aos serviços farmacêuticos; no cumprimento dos tempos terapêuticos com paragem automática entre o 7º e 10º dia se não for feita nova reavaliação pelo clínico; na obrigatoriedade de preenchimento de justificação clínica, para antibióticos de amplo espectro; na obrigatoriedade de antibiograma para medicamentos de reserva, especialmente para Linezolid (internamento e ambulatório), não ultrapassando o tempo de tratamento indicado no RCM; na divulgação de novos preços dos antibióticos pelos diretores de Serviço.
- Em relação aos restantes armazéns, continuaremos a monitorizar com o máximo de rigor os consumos dos serviços, tendo em vista a redução de desperdícios que possam existir, e a substituição de artigos por outros que sejam economicamente mais vantajosos, recorrendo para o efeito aos armazéns avançados nos serviços e reduzindo, eventualmente, alguns níveis de reposição de stocks.

A.2 – Fornecimentos e Serviços Externos

- Quanto a Fornecimentos e Serviços Externos, a execução situou-se 2,98 p.p. acima do estimado, com particular incidência nos subcontratos onde o desvio foi de 5,67 p.p.. Para este desvio tem contribuído o facto de estarmos a inserir previsões (por não dispormos de toda a faturação do período) baseadas na faturação emitida no ano anterior para o mesmo período, independentemente da sua data de contabilização, o que nos permite antecipar o aumento de faturação processada no final do ano económico. A expectativa em termos orçamentais passa, no entanto, por uma redução em cerca de 2,89 p.p. face ao registado em 2016; contudo, na presente data, ainda não temos elementos suficientes que nos permitam validar se essa redução poderá vir a concretizar-se.
- Em termos homólogos e decorrente do referido no ponto anterior, a maioria das rubricas de subcontratos estão a crescer face a 2016, exceção feita aos trabalhos executados em entidades do Ministério da Saúde, chegando o acréscimo global aos 20,25% (+462.800 euros), destacando-se a hemodiálise devido à diálise peritoneal cuja prestação passou a ser faturada por dia de tratamento (até julho de 2016 era um consumo de medicamentos).
- No que respeita a outros fornecimentos e serviços, existe a intenção de reduzir custos com os prestadores de serviços, nomeadamente de serviços médicos, embora tal possa implicar um acréscimo dos encargos com pessoal por via da contratação de profissionais, tal como previsto na proposta de orçamento.
- Comparativamente ao período anterior, os fornecimentos e serviços apresentam uma redução de 13,03% (-249.602 euros), nomeadamente nas rubricas de energia e fluídos em relação às quais tinham sido registadas previsões de montante elevado em 2016.



- No intuito de conseguirmos algumas poupanças continuaremos as ações de sensibilização dos funcionários para o combate ao desperdício (eletricidade, água, combustíveis) e para a racionalização das prescrições de MCDT e de transportes, objetivando a melhoria dos resultados alcançados no ano transato. Iremos também reduzir o valor hora pago por serviços médicos, recorrendo ainda à contratação direta de médicos em substituição das empresas prestadoras.

A.3 – Gastos com Pessoal

- No que se refere a gastos com pessoal, a execução ficou 0,85 p.p. abaixo do estimado, com as remunerações a ficarem 1,47 p.p. aquém do previsto por força da reduzida execução ao nível do subsídio de Natal decorrente do facto de apenas estarmos a processar em duodécimos 50% do aludido subsídio, tal como previsto no OE. Por esse motivo, também os encargos sobre remunerações estão 1,03 p.p. abaixo do esperado, mas em contrapartida os suplementos remuneratórios apresentam um desvio de 2,1 p.p..
- Em termos homólogos o montante processado está -0,59% (-57.982 euros) abaixo do verificado em 2016, embora existissem reduções salariais no ano anterior que ascendiam a 230.392 euros, mas por outro lado temos menos 10 trabalhadores face ao registado em março de 2016, nomeadamente menos 8 na carreira médica. Ainda assim, as remunerações base aumentam 2,13% (+113.976 euros), em especial no pessoal médico (+4,89% / +96.392 euros), com a principal redução a registar-se no subsídio de férias e Natal (-21,94% / -199.687 euros) devido ao pagamento de 50% de 1/12 do subsídio de Natal, conforme já aqui referimos, quando no ano anterior esse 1/12 era pago na totalidade.
- Por sua vez os suplementos remuneratórios crescem 3,86% (+60.026 euros) devido ao trabalho extraordinário (+2,03% / +15.017 euros), ao trabalho em regime de turnos (+6,62% / +12.580 euros), ao SIGIC (+4.70% / +8.190 euros) e ao subsídio de refeição (+5,98% / +18.719 euros) devido à atualização do valor diário abonado.
- Quanto aos encargos sobre remunerações, verifica-se uma diminuição de 2,03% (-37.005 euros) que decorre da questão do subsídio de Natal.
- Para melhorar a monitorização destes encargos temos vindo a alargar o registo biométrico a todos os funcionários e prestadores de serviços, para desta forma conseguirmos um maior controlo da assiduidade e do trabalho suplementar realizado.

A.4 – Restantes rubricas de gastos

- Em relação às restantes rubricas de gastos, não existem desvios superiores aos estimados para o período.



- Contudo, em termos homólogos, os gastos com amortizações crescem 29,6% (+79.187 euros), devido à anulação em 2016 de amortizações relacionadas com bens de imobilizado em curso que passaram para imobilizado firme no final de 2015 e cuja incidência se tinha também refletido nesse ano. De salientar ainda o facto de os bens adquiridos desde janeiro de 2016 ainda não terem amortizações calculadas no corrente ano, em virtude de estar a decorrer processo de inventariação dos bens da ULSCB e passagem para nova base de dados, pelo que tal implicará um acréscimo de custos nos próximos meses.

B – Rendimentos e Ganhos

- Em termos totais (anexo III), a execução ficou 1,10 p.p. abaixo do esperado, contribuindo essencialmente as rubricas de prestações de outras entidades responsáveis (desvio de -7,12 p.p.) e outros rendimentos e ganhos (-12,08 p.p.).
- Contudo, em comparação com o período homólogo, os rendimentos evidenciam um acréscimo de 9,24% (+1.385.814 euros), por termos incluído a previsão da especialização do proveito estimado relacionado com o cumprimento dos objetivos de qualidade e eficiência (situação que não ocorreu em 2016), bem como a especialização das taxas moderadoras não cobradas de janeiro a março, no montante de 121.582 euros.
- Desta forma, os proveitos relacionados com o contrato-programa apresentam um acréscimo global de 8,48% (+1.223.866 euros) e a faturação a outras entidades responsáveis também cresce 37,06% (+149.196 euros) face ao período homólogo, em parte devido às taxas moderadoras (+17,07% / +60.919 euros), mas também decorrente do acréscimo da faturação relacionada com urgências (+60.685 euros) e MCDT (+25.930 euros).
- Na tentativa de recuperação das taxas em dívida, temos vindo a proceder ao envio periódico de avisos aos utentes que permitem diversas modalidades de pagamento (MB, CTT e Payshop), reforçando ainda o pagamento imediato no momento do atendimento, sempre que possível.
- De referir, adicionalmente, que a ULSCB aderiu ao programa de incentivo à realização de atividade cirúrgica, sendo esperado um aumento de proveitos extra contrato-programa por esta via (estimado à data em 39.000 euros).



III – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso

- A dívida total existente no final deste período apresenta um acréscimo de 1.856.142 euros (+17,51%) face a idêntico período de 2016 devido aos atrasos no pagamento da dívida vencida a fornecedores externos originada pela redução da liquidez e decorrente do acréscimo dos gastos com pessoal (o pagamento do subsídio de férias em junho obrigou-nos a ir aumentando o saldo de tesouraria para podermos fazer face a este encargo).
- Os pagamentos em atraso também registam um incremento, embora menor, totalizando +1,77% (+116.383 euros) mas, neste caso, reportam-se em termos totais exclusivamente a entidades do Estado (embora algumas dívidas estejam a ser regularizadas no âmbito do programa *clearing-house* no que respeita a entidades pertencentes ao SNS).
- Os atrasos acima referidos originaram o agravamento em 15 dias do PMP ponderado.
- O PMR (prazo médio de recebimento) apresenta resultados menos favoráveis (+39 dias) devido ao acréscimo da dívida das instituições do SNS, nomeadamente da ACSS, por força da emissão das faturas dos incentivos de qualidade e eficiência do contrato-programa de 2013 (6.418.670 euros) em finais de 2016.

Período: janeiro a março

u.m.: euro

	2016	2017	variação	
			absoluta	%
Dívida Total	10.599.887	12.456.029	1.856.142	17,51%
Pagamentos em atraso	6.581.679	6.698.062	116.383	1,77%
PMP ponderado (dias)	54	69	15	27,78%
PMR (dias)	86	125	39	45,35%

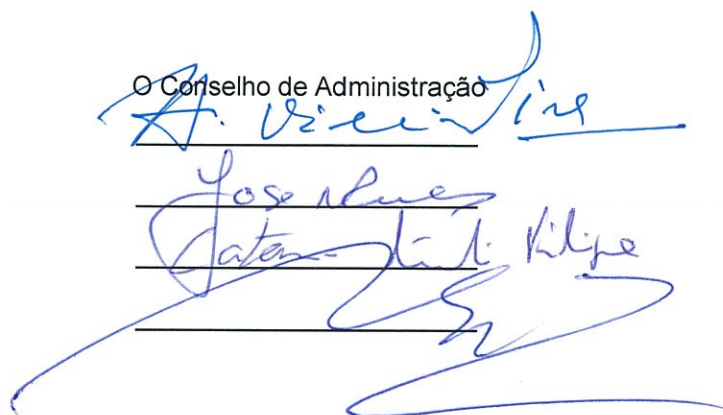
CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Pretendemos, na atual gerência, melhorar alguns aspetos em relação aos quais a situação económico-financeira piorou nos últimos meses: prazos médios de pagamento, prazos médio de recebimento e dívida total.
- Para que tal seja possível, teremos de manter os gastos controlados e a receita deverá crescer, com o recebimento efetivo das verbas dos contratos-programa de anos anteriores que ainda não foram disponibilizadas pela ACSS.

- O aumento dos gastos com pessoal obrigou a canalizar, para estes pagamentos, verbas adicionais que estariam inicialmente destinadas a fornecedores externos, levando ao aumento global da dívida, sendo insuficiente o reforço do duodécimo (cerca de 168.000 mensais) para compensação da reversão salarial, pagamento a médicos aposentados e acréscimos remuneratórios do pessoal de enfermagem (desde outubro de 2015).
- Ainda assim o EBITDA melhorou substancialmente face a 2016 (+1.259.488 euros) apesar do aumento dos gastos (+247.968 euros), tendo sido determinante o maior incremento dos rendimentos (+1.385.814 euros) decorrente da especialização do contrato-programa e da faturação a entidades externas (nomeadamente taxas moderadoras).
- A execução financeira verificada neste período ainda não obrigou a reajustamentos ao nível das dotações orçamentais, sendo expectável que tal seja necessário nos próximos meses em função da evolução que se venha a concretizar nas diversas rubricas.

Castelo Branco, 29 de junho de 2017

O Conselho de Administração



Handwritten signatures of the Board of Directors members, including José Alves, António Luís Ribeiro, and others, over horizontal lines.

Anexo I – Gastos e Perdas

u.m.: euro

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos e Perdas)

31.03.2017

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	PROCESSADO (2)	EXECUÇÃO (2) / (1) em %	SALDO DISPONÍVEL (1) - (2) em valores
	CUSTOS MERC.VEND. E MAT.CONS.:				
611	Mercadorias				
61211	Produtos farmacêuticos	6.981.380	1.770.676	25,36%	5.210.704
612111	Medicamentos	6.143.380	1.523.545	24,80%	4.619.835
612112/8	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	838.000	247.131	29,49%	590.869
61212	Material de consumo clínico	3.200.000	863.006	26,97%	2.336.994
61213	Produtos alimentares	1.000	247	24,70%	753
61214	Material consumo hoteleiro	110.000	24.942	22,67%	85.058
61215	Material consumo administrativo	116.000	24.197	20,86%	91.803
61216	Material manutenção/conservação	94.000	20.753	22,08%	73.247
61217	Outro material de consumo	0	0		0
	Total da conta 61	10.502.380	2.703.821	25,74%	7.798.559
	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:				
	Subcontratos:				
6211	Assistência ambulatoria	74.000	24.863	33,60%	49.137
6212	Meios complement. Diagnóstico	2.937.310	823.666	28,04%	2.113.644
6213	Meios complement. Terapêutica	1.680.000	476.135	28,34%	1.203.865
6214	Prescrição Medic. / Cuidados Farmac.	0	0		0
6215	Internamentos	0	0		0
6216	Transporte de doentes	1.200.000	298.748	24,90%	901.252
6217	Aparelhos complem. Terapêutica	0	0		0
62181	Trab. Execut. exterior - Entid. M.S.	708.700	280.495	39,58%	428.205
62189	Trab. Execut. exterior - Outras entidades	2.292.200	794.766	34,67%	1.497.434
6219	Outros subcontratos	70.000	49.981	71,40%	20.019
	Total da conta 621	8.962.210	2.748.654	30,67%	6.213.556
	Outros Fornecimentos e serviços externos:				
622	Serviços especializados	4.621.600	1.164.273	25,19%	3.457.327
624	Energia e fluidos	1.235.000	257.539	20,85%	977.461
626	Serviços diversos	835.000	212.033	25,39%	622.967
62xx	Outros	123.400	31.784	25,76%	91.616
	Total das contas 622 a 626	6.815.000	1.665.629	24,44%	5.149.371
	TOTAL DA CONTA 62	15.777.210	4.414.283	27,98%	11.362.927
63	GASTOS COM O PESSOAL				
631	Remunerações órgãos diretivos	265.000	66.993	25,28%	198.007
	Remunerações de pessoal				
6321	Remunerações base do pessoal	22.492.136	5.470.722	24,32%	17.021.414
6322	Subsídio de férias	1.889.506	480.783	25,44%	1.408.723
6323	Subsídio de Natal	1.889.505	229.815	12,16%	1.659.690
	Total das contas 6321 a 6323	26.271.147	6.181.320	23,53%	20.089.827
	Suplementos Remuneratórios				
632411	Horas extraordinárias	2.171.977	519.756	23,93%	1.652.221
632412	Prevenções	943.514	234.426	24,85%	709.088
632421	Noites e suplementos	762.559	202.617	26,57%	559.942
6324xx	Outros Suplementos	2.084.438	659.279	31,63%	1.425.159
	Total da conta 6324	5.962.488	1.616.078	27,10%	4.346.410
6325	Prestações sociais diretas	80.000	22.083	27,60%	57.917
633	Benefícios pós-emprego	16.687	1.933	11,58%	14.754
634	Indemnizações	0	195	#DIV/0!	-195
635	Encargos s/remunerações	7.441.906	1.783.854	23,97%	5.658.052
636	Seg. acidentes trab./Doenç prof.	125.000	21.351	17,08%	103.649
638	Outros gastos com pessoal	242.000	62.968	26,02%	179.032
	Total da conta 63	40.404.228	9.756.775	24,15%	30.647.453
64	Gastos de depreciação e de amortização	1.410.205	346.684	24,58%	1.063.521
65	Perdas por imparidade	250.000	0	0,00%	250.000
67	Provisões do período	0	0		0
68	Outros gastos e perdas	775.000	113.560	14,65%	661.440
69	Gastos e perdas de financiamento	4.000	0	0,00%	4.000
	TOTAL GERAL	69.123.023	17.335.123	25,08%	51.787.900

Anexo II – Variação Gastos e Perdas

Mapa da Variação 2016/2017

31.03.2017

Código	Designação	PROCESSADO EM 31/03/2016	PROCESSADO EM 31/03/2017	Δ absoluta 2016/2017	Δ em % 2016/2017
	CUSTOS MERC.VEND. E MAT.CONSUMO:				
611	Mercadorias				
61211	Produtos farmacêuticos	1.779.630	1.770.676	-8.954	-0,50%
612111	Medicamentos	1.573.241	1.523.545	-49.696	-3,16%
612112/8	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	206.388	247.131	40.743	19,74%
61212	Material de consumo clínico	832.287	863.006	30.719	3,69%
61213	Produtos alimentares	270	247	-23	-8,52%
61214	Material consumo hoteleiro	28.664	24.942	-3.722	-12,98%
61215	Material consumo administrativo	34.986	24.197	-10.789	-30,84%
61216	Material manutenção/conservação	30.161	20.753	-9.408	-31,19%
61217	Outro material de consumo	0	0	0	-100,00%
	Total da conta 61	2.705.998	2.703.821	-2.177	-0,08%
	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:				
	Subcontratos:				
6211	Assistência ambulatoria	16.178	24.863	8.685	53,68%
6212	Meios complement. Diagnóstico	686.877	823.666	136.789	19,91%
6213	Meios complement. Terapêutica	380.456	476.135	95.679	25,15%
6214	Prescrição Medic. / Cuidados Farmac.	0	0	0	
6215	Internamentos	0	0	0	
6216	Transporte de doentes	292.758	298.748	5.990	2,05%
6217	Aparelhos complem. Terapêutica	0	0	0	
62181	Trab. Execut. exterior - Entid. M.S.	308.895	280.495	-28.400	-9,19%
62189	Trab. Execut. exterior - Outras entidades	573.690	794.766	221.076	38,54%
6219	Outros subcontratos	27.000	49.981	22.981	85,11%
	Total da conta 621	2.285.854	2.748.654	462.800	20,25%
	Outros Fornecimentos e serviços externos:				
622	Serviços especializados	1.222.757	1.164.273	-58.484	-4,78%
624	Energia e fluidos	417.127	257.539	-159.588	-38,26%
626	Serviços diversos	245.426	212.033	-33.393	-13,61%
62xx	Outros	29.921	31.784	1.863	6,23%
	Total das contas 622 a 626	1.915.231	1.665.629	-249.602	-13,03%
	TOTAL DA CONTA 62	4.201.085	4.414.283	213.198	5,07%
63	GASTOS COM O PESSOAL				
631	Remunerações órgãos directivos	64.955	66.993	2.038	3,14%
	Remunerações de pessoal				
6321	Remunerações base do pessoal	5.356.746	5.470.722	113.976	2,13%
6322	Subsídio de férias	457.044	480.783	23.739	5,19%
6323	Subsídio de Natal	453.241	229.815	-223.426	-49,30%
	Total das contas 6321 a 6323	6.267.031	6.181.320	-85.711	-1,37%
	Suplementos Remuneratórios				
632411	Horas extraordinárias	514.951	519.756	4.805	0,93%
632412	Prevenções	224.214	234.426	10.212	4,55%
632421	Noites e suplementos	190.037	202.617	12.580	6,62%
6324xx	Outros Suplementos	626.850	659.279	32.429	5,17%
	Total da conta 6324	1.556.052	1.616.078	60.026	3,86%
6325	Prestações sociais directas	19.706	22.083	2.377	12,06%
633	Benefícios pós-emprego	5.110	1.933	-3.177	-62,17%
634	Indemnizações	0	195	195	
635	Encargos s/remunerações	1.820.859	1.783.854	-37.005	-2,03%
636	Seg. acidentes trab./Doenç prof.	24.138	21.351	-2.787	-11,55%
638	Outros gastos com pessoal	56.906	62.968	6.062	10,65%
	Total da conta 63	9.814.757	9.756.775	-57.982	-0,59%
64	Gastos e depreciação e de amortização	267.497	346.684	79.187	29,60%
65	Perdas por imparidade	0	0	0	
67	Provisões do período	0	0	0	
68	Outros gastos e perdas	97.818	113.560	15.742	16,09%
69	Gastos e perdas de financiamento	0	0	0	
	TOTAL GERAL	17.087.155	17.335.123	247.968	1,45%

Anexo III – Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos e Ganhos)

31.03.2017

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL	PROCESSADO (2)	EXECUÇÃO (2) / (1) em %	DESVIO (2) - (1) em valores
	Vendas e prestações de serviços:				
71	Vendas	0	0	0	0
	Prestações de Serviços SNS Contrato Programa - 721	64.032.818	15.662.172	24,46%	-48.370.646
7211	Internamento	0	0		0
7212	Consulta	0	0		0
7213	Urgência / S.A.P.	0	0		0
7214	Quartos particulares	0	0		0
7215	Hospital de dia	0	0		0
72161	Meios Complementares de diagnóstico	0	0		0
72162	Meios Complementares de terapêutica	0	0		0
7218	Out. Prestações de Serviços de Saúde	64.032.818	15.662.172	24,46%	-48.370.646
	Prestações de Serviços Outras Entidades Responsáveis - 722	3.085.280	551.801	17,88%	-2.533.479
7221	Internamento	140.000	13.893	9,92%	-126.107
7222	Consulta	8.400	1.728	20,57%	-6.672
7223	Urgência / S.A.P.	141.000	69.100	49,01%	-71.900
7224	Quartos particulares	0	0		0
7225	Hospital de dia	50.000	940	1,88%	-49.060
72261	Meios Compl. de diagnóstico	151.650	23.448	15,46%	-128.202
72262	Meios Complementares de terapêutica	601.220	24.519	4,08%	-576.701
7227	Taxas moderadoras	1.926.020	417.845	21,69%	-1.508.175
7228	Out. Prestações de Serviços de Saúde	66.500	328	0,49%	-66.172
7229	Outras prestações de serviços	490	0	0,00%	-490
725	Serviços Secundários	65.000	13.394	20,61%	-51.606
726	IVA dos serviços com imposto Incluído	0	0		0
	Total da conta 72:	67.183.098	16.227.367	24,15%	-50.955.731
	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
75111	Transferências - Tutela	0	0		0
	Transferências correntes obtidas:				
75112	Transferências correntes obtidas	0	0		0
75121	Subsídios da Tutela	75.000	8.749	11,67%	-66.251
	Total da conta 75:	75.000	8.749	11,67%	-66.251
76	Reversões	0	0		
762	Perdas por imparidade	0	0		0
7621	Em dívidas a receber	0	0		0
76219	Globais	0	0		0
	Total da conta 76:	0	0		0
78	Outros rendimentos e ganhos	1.159.800	149.898	12,92%	-1.009.902
79	Juros dividendos e outros rendim.	150.000	0	0,00%	-150.000
	TOTAL GERAL:	68.567.898	16.386.014	23,90%	-52.181.884

Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos

Mapa da Variação 2016/2017

31.03.2017

Código	Designação	PROCESSADO EM 31/03/2016	PROCESSADO EM 31/03/2017	Δ absoluta 2016/2017	Δ em % 2016/2017
	Vendas e prestações de serviços:				
71	Vendas	0	0	0	0
	Prestações de Serviços SNS Contrato Programa - 721	14.438.306	15.662.172	1.223.866	8,48%
7211	Internamento	0	0	0	0
7212	Consulta	0	0	0	0
7213	Urgência / S.A.P.	0	0	0	0
7214	Quartos particulares	0	0	0	0
7215	Hospital de dia	0	0	0	0
72161	Meios Complementares de diagnóstico	0	0	0	0
72162	Meios Complementares de terapêutica	0	0	0	0
7218	Out. Prestações de Serviços de Saúde	14.438.306	15.662.172	1.223.866	8,48%
	Prestações de Serviços Outras Entidades Responsáveis - 722	402.605	551.801	149.196	37,06%
7221	Internamento	12.075	13.893	1.818	15,06%
7222	Consulta	1.840	1.728	-112	-6,09%
7223	Urgência / S.A.P.	8.415	69.100	60.685	721,12%
7224	Quartos particulares	0	0	0	0
7225	Hospital de dia	0	940	940	-100,00%
72261	Meios Compl. de diagnóstico	17.217	23.448	6.231	36,19%
72262	Meios Complementares de terapêutica	4.820	24.519	19.699	408,72%
7227	Taxas moderadoras	356.926	417.845	60.919	17,07%
7228	Out. Prestações de Serviços de Saúde	1.311	328	-983	-74,99%
7229	Outras prestações de serviços	0	0	0	
725	Serviços Secundários	18.184	13.394	-4.790	-26,34%
726	IVA dos serviços com imposto Incluído	0	0	0	
	Total da conta 72:	14.859.095	16.227.367	1.368.272	9,21%
	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
75111	Transferências - Tutela	0	0	0	
	Transferências correntes obtidas:				
75112	Transferências correntes obtidas	0	0	0	
75121	Subsídios da Tutela	0	8.749	8.749	
	Total da conta 75:	0	8.749	8.749	
76	Reversões	0	0	0	
762	Perdas por imparidade	0	0	0	
7621	Em dívidas a receber	0	0	0	
76219	Globais	0	0	0	
	Total da conta 76:	0	0	0	
78	Outros rendimentos e ganhos	141.106	149.898	8.792	6,23%
79	Juros dividendos e outros rendim.	0	0	0	
	TOTAL GERAL:	15.000.200	16.386.014	1.385.814	9,24%